

06.dezembro.2016 – 12h00

RELATÓRIO DA AUDIÇÃO

Entidade: **Ministro-Adjunto - Eduardo Cabrita**
Secretário de Estado das Autarquias Locais – Carlos Miguel

Recebidos por: [Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação](#): Deputados Susana Amador (PS, Coordenadora), Maria Germana Rocha (PSD), Pedro Pimpão (PSD), Sandra Pontedeira (PS), Joana Mortágua (BE), Ilda Araújo Novo (CDS-PP) e Paula Santos (PCP, em substituição da Deputada Ana Virgínia Pereira).

Estiveram também presentes os Deputados Margarida Mano (PSD), Porfírio Silva (PS) e Maria Augusta Santos (PS).

Assunto: Transferência de competências para os municípios na área da Educação.

Exposição: A Deputada Susana Amador (PS), Coordenadora do [Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação](#) Grupo de Trabalho (GT), agradeceu a disponibilidade dos membros do Governo para a audição, fez o enquadramento da constituição do GT e indicou as [atividades desenvolvidas na 1.ª Sessão e as previstas para a 2.ª](#).

Os membros do Governo referiram a centralidade da educação no âmbito das políticas públicas e as comemorações dos 40 anos das eleições autárquicas. Elencaram depois as responsabilidades que os Municípios têm vindo a assumir, nomeadamente, a nível da gestão de equipamentos e funcionamento das escolas do 1.º ciclo, dos transportes escolares, em 1999 a aprovação de uma lei-quadro de transferência de competências, com competências amplas, em 2007 a previsão do Fundo Municipal e a intervenção dos Municípios em várias matérias e em 2008 a celebração de contratos de execução relativamente à gestão dos equipamentos educativos das escolas até ao 3.º ciclo, por cerca de metade dos Municípios e em 2015 a celebração de contratos interadministrativos, com delegação de competências com base em contrato.

Defenderam as soluções adotadas na média dos países europeus, com o ensino até ao 3.º ciclo competência municipal ou regional e pugnaram pelo cumprimento do [artigo 6.º da Constituição da República Portuguesa](#), entendendo que a gestão e decisão devem ter lugar ao nível mais próximo da escola.

Realçaram ainda a competência normativa central, referindo que o Estado garantirá a igualdade de oportunidades e a descentralização do exercício de competências do ensino público, sendo toda a gestão do ensino decidida a nível municipal e tendo o ensino profissional, a formação profissional e a educação de adultos participação da comunidade.

Referiram depois a importância da intervenção do Conselho Municipal da existência de Carta Educativa. Realçaram a defesa da autonomia pedagógica da escola e o combate ao abandono escolar como uma responsabilidade da escola e da comunidade. Informaram ainda que vão fechar com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) a delegação/transferência de competências e apresentar uma lei-quadro na Assembleia da República até ao final do 1.º trimestre de 2017.

Referiram a Resolução do Conselho de Ministros com a fixação do calendário do processo e a criação de um Grupo de Trabalho só para a descentralização na área da educação, com elementos do Ministério e da ANMP, cujos trabalhos se encontram avançados, estando o Ministério da Educação a quantificar os equipamentos e o pessoal não docente. Referiram ainda que a ANMP não tem reticências à transferência de competências, mas entende que deve haver acertos e considera que os ratios do pessoal não docente são insuficientes.

Interveio depois a Deputada Maria Germana Rocha (PSD), referindo que é consensual aprofundar a descentralização na educação, tendo questionado qual a forma pela qual pretendem concretizá-la. Referiu depois que os contratos interadministrativos de delegação de competências são um projeto-piloto, flexível e ajustado às situações dos vários Municípios e que o seu balanço é muito positivo.

Questionou depois se reconheciam a avaliação positiva dos contratos interadministrativos face aos contratos de execução e se os primeiros aprofundam a autonomia das escolas. Referiu que não houve municipalização, mas descentralização de competências e perguntou o que pensavam dos mecanismos de monitorização.

O Deputado Porfírio Silva (em representação do PS) concordou com a abordagem universal na descentralização de competências, embora sem esquecer as abordagens anteriores. Referiu que tendo presente o princípio da subsidiariedade, a decisão deve ser tomada sempre no nível em que seja mais eficaz. Realçou depois a necessidade de defesa da igualdade de oportunidades e da manutenção da autonomia das escolas.

Indicou depois que é importante que a participação dos vários intervenientes seja pacífica e referiu que a dos sindicatos não o é, devendo ser aprofundada, devendo aprofundar-se igualmente outras áreas.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu a confusão que se tem verificado entre a delegação de competências e a descentralização e defendeu mais autonomia para as escolas, mais do que a transferência de competências do Estado para os Municípios. Referiu ainda situações que o Estado abandonou e os Municípios mantêm, como seja a utilização de contratos-inserção. Por último, indicou que a transferência de competências pode gerar desigualdade de oportunidades e por isso têm reticências em relação à mesma.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) referiu que o CDS-PP diz sim à descentralização. Salientou depois que estão em execução contratos interadministrativos com a duração de quatro anos e o Governo quer fazer o alargamento sem avaliação e acompanhamento dos mesmos, referindo que o respetivo grau de satisfação é muito diferente e defendendo que há necessidade de repensar e avaliar a situação.

Propôs depois que a gestão dos equipamentos, dos refeitórios e a assessoria jurídica no caso das escolas secundárias passe também para os Municípios e perguntou se o Governo vai fazer a universalização sem avaliação dos contratos interadministrativos (que são diferenciados nas várias autarquias) e se vai incluir as escolas secundárias na transferência de competências.

A Deputada Paula Santos (em representação do PCP) referiu que há um conjunto de problemas que persistem nas várias formas adotadas em termos de transferência de competências. Pediu depois os trabalhos que estão a desenvolver, a nível de equipamentos escolares e de pessoal não docente. Perguntou ainda qual o envolvimento da comunidade escolar no processo e reiterou que o histórico de transferência de competências não é positivo. Por último, referiu que as autarquias já têm competências a nível de educação e temem que a situação não melhore.

Na sequência das perguntas feitas e das observações colocadas, os membros do Governo referiram que a administração local e a escola pública são fundamentais e o Governo assegurará a universalidade no acesso à educação e à escola pública, bem como a igualdade de oportunidades, realçando que o padrão atual de educação passa pela intervenção das autarquias e que as escolas têm responsabilidade perante a comunidade.

Indicaram depois que falam de uma efetiva descentralização, com um aumento da percentagem da despesa pública a nível autárquico. Por último, referiram que o modelo de contrato interadministrativo foi adotado em 2015 e só teve aplicação efetiva na atual legislatura e o atual Governo propõe a universalização da descentralização, tendo louvado e reconhecido a intervenção das autarquias locais

A terminar, a Deputada Susana Amador (PS), Coordenadora do Grupo de Trabalho, agradeceu as informações prestadas.

A gravação da audição está disponibilizada na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 06 de dezembro de 2016

A assessora
Teresa Fernandes